

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

Ata N.º 11/2015 Sessão Ordinária de 20 de Novembro

Aos vinte dias do mês de Novembro de dois mil e quinze pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

-----Lista de Presenças:-----

18 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Fernando Domingos dos Santos, Hermes Luis de Brito Alberto, Heloísa Bárbara Madeira e Madeira (1^a secretária), Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Rebeca Porto Martins, Orlando Manuel Guerreiro Baptista, Rosana Corga Fernandes Durão, Fernando Pereira Marques, Miguel Ângelo Pinguinha da Piedade, Dinarte Luis Brás (em substituição de João Alberto Gonzalez Pedroso), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Paulo Manuel Cavaco Nogueira (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente); -----

15 Deputados Municipais do PSD - Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Jorge Manuel Guerreiro dos Santos, Fábio Manuel da Silva Bota, Irina Alexandra Mendes Martins, Felizardo Emanuel Martins Pinto, Analídio Correia da Ponte, João Carlos Dias dos Santos (em substituição de Maria José Botelho da Palma Bento Vasques), Duarte José de Sousa Duarte (em substituição de Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha), Jason Anthony Mula (em substituição de





MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

Adérito Custódio Cavaco), Silvia Maria Luis Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Helder Faísca Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); -----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins;-----

1 Deputado Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes;-----

Como ponto prévio, e na ausência da 2.ª secretária da Mesa, a senhora deputada Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, o senhor Presidente da Assembleia, indicou para coadjuvar os trabalhos da Mesa exercendo as funções de 2.º secretário, durante a presente sessão da Assembleia, o senhor deputado Jason Anthony Mula (PSD).-----

Os Vereadores do PSD, Paulo Viegas Martins, Eugénio Manuel Coelho Guerreiro, Emilia Moleiro Victor e Elsa Calado (em substituição de Marilyn Tomás Galvão da Conceição Sousa);-----

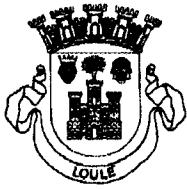
Apresentaram pedido de suspensão de mandato: Marilyn Tomás Galvão da Conceição Sousa.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, João Alberto Gonzalez Pedroso, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Dinarte Luis Brás.-----

O Deputado Abílio Vargas Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Paulo Manuel Cavaco Nogueira.-----

Os Deputados Municipais do PSD, Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha, Adérito Custódio Cavaco, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária) tendo os mesmos sido substituídos respetivamente



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

por João Carlos Dias dos Santos, Duarte José de Sousa Duarte e Jason Anthony Mula.

Ordem de Trabalhos

- 1- Intervenção do Público;
- 2- Aprovação de Atas;
- 3- Informação sobre expediente recebido;
- 4- Período de Antes da Ordem do Dia;
- 5- Moções;
- 6- Período da Ordem do Dia:

a)-Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro;

b)-Proposta 49/2015- Deliberação relativa às Grandes Opções do Plano e à Proposta de Orçamento para o ano de 2016, de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) e artigo 33.º, n.º1, alínea c) da Lei n.º75/2013, de 12 Setembro;

c)- Proposta 50/2015- Deliberações relativas à Fiscalidade a vigorar em 2016:

alínea 1)- Definição das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI;

alínea 2)- Fixação da Percentagem variável do Município de Loulé no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Loulé;

alínea 3)- Lançamento de Derrama no Município de Loulé no valor de 1,5% em sede de IRC;

alínea 4)- Fixação da Redução de Taxa de IMI para as famílias com dependentes no âmbito do artigo 112.º do CIMI na redação dada pela OE 2015, artigo 213.º;

d)-Proposta 51/2015- Deliberação relativa ao Quadro Plurianual Municipal 2015-2018, nos termos do n.º1 do artigo 44.º da Lei



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

www.cm-loule.pt | E-mail: aml@cm-loule.pt | Telefone: 289 400 809 | Fax: 289 462 030 | Emissora de Loulé: 289 462 030

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

n.º 73/2013, de 03/09;-----

e)- Proposta 52/2015- Deliberação relativa a Compromissos Plurianuais para o ano de 2016, nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação dada pela Lei n.º22/2015, de 17/03;-----

f)- Proposta 53/2015- Deliberação relativa ao Compromisso Plurianual-Abertura de Procedimento de Empreitada de "Beneficiação da VNC 521 (Almancil-VNC 522/Corgo da Zorra)", nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21/02;-----

g)- Proposta 54/2015- Deliberação relativa ao Contrato-Programa com a Escola Profissional de Alte, dando plenos poderes ao Presidente da Câmara para a respetiva outorga, nos termos do n.º1 do artigo 47.º da Lei n.º50/2012, de 31 de Agosto;-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----

O senhor Presidente da Assembleia, começou por informar as bancadas acerca dos respetivos tempos de intervenção para cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos. Informou os presentes que por razões ainda desconhecidas esta sessão teve uma falha técnica por parte dos serviços do som de apoio a esta reunião, requisitado à Câmara Municipal no seu devido tempo.-----

Seguidamente entrou-se no primeiro ponto da OT, Período de Intervenção do Público;-----

1-Intervenção do Público;-----

Começou por ser dada a palavra à munícipe Celine Luis, como Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Câmara Municipal de Loulé, que por deliberação da Comissão Alargada, entendeu-se por bem



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809



E-mail: aml@cm-loule.pt

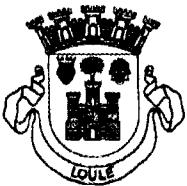
289 462 030

fazer esta apresentação no início da reunião da Assembleia Municipal, dando a conhecer o que tinha sido apresentado ao público no passado dia 17, o 1º Plano Concelhio de Prevenção do Concelho de Loulé. O Plano Concelhio de Prevenção está constituído para 3 anos, sendo que em cada ano está previsto um Plano de Ação. Loulé já tem este Plano Concelhio para trabalhar no sentido de diminuir o número de casos de perigo no concelho de Loulé.----

Seguidamente usou da palavra o **município José Pedro Fazenda Martins**, começando por referir que o concelho de Loulé é um concelho de excelência para o turismo e que a Câmara Municipal está à altura das infraestruturas que tem. Relatou um caso concreto, referindo que espera ter sido uma exceção ocorrido este ano no dia 26 de Maio de 2015, sendo que uma empresa privada solicitou à Câmara Municipal um pedido de recinto improvisado referente ao evento PALMS, sendo esta uma discoteca ao ar livre numa zona habitacional e de turismo de excelência durante 1 mês e 2 semanas, entre o dia 24 de Julho e 30 de Agosto. Nesse período foi impossível o descanso com todo o barulho vindo da discoteca, existindo neste momento um conjunto de reclamações bastante grande, tendo sido emitida a licença especial de ruído acima de 55 decibéis que foi desdobrada em 3, ou seja a primeira de 24 de Julho a 07 de Agosto, uma segunda licença de 08 de Julho a 22 de Agosto e finalmente uma terceira licença de 23 de Agosto a 30 de Agosto. Mais referiu que houve conhecimento que a própria licença pra 90 decibéis, durante 2 horas houve uma espécie de permissão de ultrapassagem, o que na sua opinião não deveria ter acontecido.----

Em seguida foi dada a palavra ao **município Álvaro Delgado**, que interveio para colocar uma questão que tem a ver com a rotunda implicada com as obras do IKEA, localizada ao fundo da ladeira da Cabana Queimada contendo uma sinalização péssima contra todas as regras que se devem cumprir em casos como aquele.----

Posteriormente usou da palavra a **município Sofia Costa**, que começou por dizer que está há 11 meses aguardando uma resposta sobre factos que lhe parecem óbvios e até fáceis de resolver, mas até hoje não obteve qualquer resposta sobre o lixo amontoado na freguesia de Almancil no percurso da



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

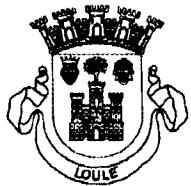
289 462 030

escola para a paragem do autocarro, onde circulam no local centenas de crianças. Referiu que já colocou esta questão à Assembleia de Freguesia, mas que não obteve qualquer tipo de resposta por parte do Executivo da mesma. Disse ainda que o espaço onde se realizam as reuniões das Assembleias de Freguesia, não é um espaço digno de uma reunião do Poder Local, aproveitando para sugerir a construção de um espaço com características para acolher este tipo de eventos, como reuniões, exposições, debates naquela freguesia.

O senhor Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, disse dar a palavra à senhora vereadora Ana Machado para esclarecer a questão do ruído levantada pelo senhor José Fazenda Martins.

Para prestar os esclarecimentos às questões suscitadas, usou da palavra a senhora Vereadora Ana Machado, explicando que a empresa que explorou o recinto do PALMS, já desde 2014 tentou o licenciamento mas não estavam cumpridos os requisitos legais, a Câmara não passou a licença não obstante ter havido inauguração e ter estado em funcionamento. Os requerentes interpuseram recurso, foram a Tribunal e foi dada a razão à Câmara e a Licença de Ruido não foi emitido, porque a Lei não estava a ser cumprida. Em 2015 foi reativado o processo e foi obtido um parecer favorável da CCDR e a Licença de Recinto foi emitida. No que respeita aos muros que tinham sido objeto de um embargo, a questão que estava subjacente a esse embargo foi solucionada e o embargo foi levantado, os muros encontram-se licenciados e está tudo regularizado. No que respeita ao ruído, a Câmara Municipal de Loulé não emite Licenças de Ruído por 30 dias, como a Lei prevê, mas sim emite licenças de 15 em 15 dias. A GNR recebeu reclamações e face a isso os Técnicos de Ambiente fizeram medições, porque se houvesse caso de incumprimento teriam que ser cessadas as licenças.

Em seguida o senhor Vereador Pedro Oliveira, esclareceu a senhora munícipe sobre a questão dos "lixos" na freguesia de Almancil, e que a maior parte desses terrenos são propriedade privada e que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia têm enviado a fiscalização para tentar identificar e chegar ao contacto e diálogo com os proprietários, sendo muitas vezes esse trabalho infrutífero. Muitos desses terrenos já pertencem a empresas de



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

construção que têm os processos parados, mas projetos aprovados e algumas licenças de construção ainda com o prazo legal, mas que infelizmente a construção está parada. Informou que iria chegar ao contacto novamente com os proprietários daqueles terrenos. Mais referiu que têm chegado queixas ao Provedor de Justiça, verificando-se que não é a Câmara Municipal de Loulé a culpada, porque em tempo útil tem respondido às solicitações. Passou em seguida a palavra à senhora vereadora Ana Machado, para complementar esta informação. Disse ainda que sobre as obras de um bloco da escola que necessita de obras, que iria averiguar junto da Divisão de Equipamentos e Edifícios, ver se há algum processo de obras pendente, se há alguma obra e se essas intervenções estão inventariadas.---

Usou da palavra a senhora **Vereadora Ana Machado**, que disse que sobre as obras da escola, ter sido uma preocupação, quando se verificou a cedência (abatimento) do terreno, que está a ser monitorizado e não oferece perigo e está prevista uma intervenção na interrupção letiva.-----

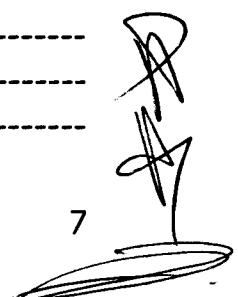
Interviu o senhor **Presidente da Câmara, Vítor Aleixo**, que começou por referir que tinha tomado nota do reparo do município Álvaro Delgado, quanto a uma rotunda implementada na zona da Cabana Queimada, e informou que aquela operação deve ter sido concedida pelas Infraestruturas de Portugal, porque são eles que têm a tutela administrativa daquela estrada, as alterações feitas naquele eixo viário tiveram que ter passado pelo acompanhamento e pela autorização das Infraestruturas de Portugal, mas que iria dar nota por escrito, quer às infraestruturas de Portugal, quer à IKEA.-----

2- Aprovação de Atas;

Foi colocada à votação a **Ata n.º 10 de 28 de Setembro**, foi aprovada por maioria com 2 abstenções.-----

3- Informação sobre expediente recebido;

Neste ponto não houve qualquer leitura de expediente recebido.-----





MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

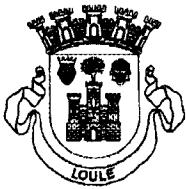
Em seguida entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia.

4- Período de Antes da Ordem do Dia;

O senhor Presidente da Assembleia, referiu que o senhor Presidente da Câmara desejava usar da palavra neste ponto relativamente a um requerimento que foi dirigido por um deputado desta Assembleia à Câmara Municipal.

Foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, que disse ter entregue agora mesmo uma resposta por escrito, tal como tinha sido solicitado num requerimento feito pelo senhor deputado Carlos Martins do Grupo Municipal do BE, pedido esse que solicitava uma série de informações relativamente ao funcionamento do DEPAT (Departamento da Administração do Território). Explicou que o DEPAT tem aprovado um Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação chamado RMUE, que aprovou já há cerca de 4 anos que neste momento está em processo de revisão, o relançamento dos serviços online, tem havido um progresso contínuo com um único objetivo de aumentar a transparência e tornar a tramitação processual mais eficaz e neste momento existe uma recuperação dos atrasos existentes. Terminou dizendo que não tinha razão nenhuma para duvidar da competência destes serviços e que não podia expor-se à pressão política sendo o seu lema servir bem o interesse público no quadro legal que existe neste município.

O senhor Presidente da Assembleia, referiu que de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal cada deputado pode quando assim o entender, dirigir requerimentos por escritos ou orais à Câmara Municipal. Neste mandato não tem havido a experiência de gerir estas situações, nomeadamente delas poderem ser respondidas durante as várias sessões. A questão colocada pelo senhor deputado Carlos Martins, reveste de uma importância grande que tem a ver com o funcionamento dos serviços e com o município. Disse ter sido um requerimento elaborado pelo senhor deputado Carlos Martins, encaminhado a si e que posteriormente encaminhou para a Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

O senhor Deputado **Carlos Martins (BE)**, começou por agradecer a resposta célere prestada pelo Executivo Municipal. Explicou que com base em reclamações e críticas ouvidas e dirigidas da parte de alguns arquitetos, gabinetes técnicos e engenheiros projetistas na tentativa de averiguar a veracidade das reclamações, decidiu usar o direito que lhe assiste enquanto deputado municipal e questionar o executivo sobre alguns assuntos referentes ao funcionamento do DEPAT.

Fez a leitura do Requerimento apresentado e teceu algumas considerações sobre o mesmo.

Seguidamente usou da palavra o senhor Deputado **Ricardo Lampreia (PSD)**, dizendo que a Câmara ao tomar uma decisão sobre a Discoteca Palms não pode ter uma certeza de 100% nas afirmações que os munícipes proferem, tem que existir alguma tolerância nestas situações, há que obedecer a determinados parâmetros.

Em seguida foi dada a palavra ao Deputado **Fernando Santos (PS)**, que se referiu a um Requerimento que apresentou na última Assembleia Municipal tendo sido respondido num prazo de 15 dias, sendo a resposta dada uma informação técnica quando o pretendido seria uma informação política, e que iria ficar a aguardar a resposta pretendida.

Em seguida foi concedida a palavra ao senhor Deputado **Fábio Bota (PS)**, referindo que os técnicos da Câmara têm feito um bom trabalho ao longo dos últimos anos. Em seguida questionou sobre a obra da Rua Serpa Pinto se esta se encontra atrasada ou não, porque foi confrontado com duas informações diferentes.

Usou da palavra a senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, que questionou igualmente sobre o prazo previsto para a conclusão da obra da Rua Serpa Pinto. Questionou ainda sobre a Rua Nossa Senhora da Piedade, onde a maioria das casas estão degradadas e a cair, onde caem vidros e pedras para a via pública, sítio de muita passagem de peões, tornando-se um perigo para a segurança pública. Perguntou sobre qual a atitude da Câmara perante os proprietários, para evitar estes perigos.



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

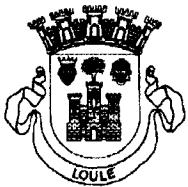
Partilhou da mesma opinião que o município Álvaro Delgado sobre a questão do trânsito naquela zona. Falou ainda sobre a intervenção da município Sofia Costa, relativamente a Almancil, sendo o local que mencionou terreno privado mas que constitui um perigo para a saúde pública, referindo que a Câmara deveria ter algum tipo de intervenção, independentemente de ser propriedade privada.

Em seguida interveio a senhora **Deputada Rebeca Martins (PS)**, começou por assinalar o Dia Internacional dos Direitos das Crianças, congratulando-se por ter sido aprovada a Lei que defende que as crianças podem ser adotadas por casais do mesmo sexo, que hoje foi votado favoravelmente, com o voto favorável das diferentes frentes políticas este assunto, e é bom saber que ainda há causas que nos unem.

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Analídio Ponte (PSD)**, que se congratulou por finalmente a pavimentação da estrada da Soalheira, constante do Orçamento Participativo, ter sido aprovada. Abordou ainda a questão da iluminação pública, porque já se deu conta que existem zonas que têm o sistema automático, que acende quando cai a noite e existem outras zonas que só passado 30 a 40 minutos depois de cair a noite é que acende a iluminação pública. Sugeriu que se regulassem os relógios para ser feito o acerto devido.

Em seguida o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, disse que a sua intervenção se prendia com os recentes acontecimentos de intempéries que aconteceram no Algarve e que queria deixar um Voto de Louvor ao Corpo de Bombeiros Municipais e às forças de Segurança e igualmente aos funcionários municipais que deram o seu melhor no sentido de atenuar os efeitos duma intempéria desta intensidade. Outra questão abordada foi a da rotunda na EN 125.4 na zona das obras da IKEA, situa-se numa zona fora da malha urbana, tratando-se de uma Via Nacional e seguramente que a Câmara Municipal fará chegar às Infraestruturas de Portugal as devidas recomendações.

No que respeita à questão da iluminação, no que toca aos horários da IP, por vezes existe a dificuldade de regular o transformador que está numa zona urbana e numa zona rural e aí existem algumas diferenças nos horários na



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

mudança de hora verifica-se essa dificuldade, sendo esta a explicação técnica.

O senhor Presidente da Assembleia, questionou se relativamente ao Voto de Louvor ao Corpo Municipal de Bombeiros e às Forças de Segurança se é do entendimento do senhor deputado Carlos Costa, que seja colocada à consideração da Assembleia, para ela poder ficar registada em ata este Louvor.

O senhor Deputado Carlos Martins (BE), referiu que este Louvor deveria ser alargado a todos os meios envolvidos no terreno, não só os Bombeiros e as Forças de Segurança, como funcionários de diversas empresas ligados ao fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água também deveriam ser englobados nesse Voto de Louvor.

Referiu o senhor Presidente da Assembleia, disse que se poderia encontrar uma redação que envolva essas forças que participam num órgão municipal, que é a Comissão Municipal de Proteção Civil, que envolve os serviços da própria Câmara Municipal.

Usou da palavra o senhor Deputado Felizardo Pinto (PSD), referiu que sobre este assunto estava lá presente no terreno e que apesar de concordar com o Louvor o que viu no momento em Quarteira foi o camião do limpa-fossas, o resto das autoridades chegaram após a chuva acabar, e que os primeiros a chegar foi a GNR, os bombeiros só no fim é que lá chegaram e disse não ter visto cortes de estrada.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que sobre este Louvor, deveria-se tentar encontrar um denominador comum porque todas as entidades intervenientes envolveram-se para dar o seu melhor na resolução do problema dos cidadãos.

Seguidamente usou da palavra o senhor Deputado Telmo Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), justificando que não corresponde à verdade o que foi dito aqui, porque à entrada de Quarteira, a GNR teve mais do que uma hora à chuva quando fechou a entrada de Quarteira do meio dia



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

até às 4h da tarde.

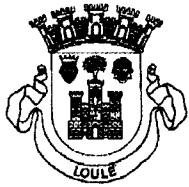
O senhor Deputado Fernando Santos (PS), referiu que tinha o seu carro estacionado na zona da Escola D.Dinis, tendo sido os bombeiros que lá estavam desde as 10.30, que rebocaram os veículos, sendo óbvio que às 3h da tarde ainda lá estariam a fazer esse serviço. Questionou se foi feita alguma avaliação aos sumidores de água, se estariam limpos e que os telhados de algumas habitações estavam sujos.

O senhor Deputado Felizardo Pinto (PSD), esclareceu que neste caso a GNR estaria toda na entrada de Quarteira, porque no meio da cidade não havia um único carro, porque só lá viu o limpa-fossas, tanto na Checul como nos semáforos de Vilamoura.

Em seguida a senhora Deputada Carla Gomes (CDU), manifestou o seu Louvor por todas as pessoas envolvidas, pelas Forças de Segurança, pelos próprios proprietários dos estabelecimentos e pela população que muito fez para evitar que a tragédia fosse maior e que se deveriam tomar medidas de prevenção para que isto não volte a acontecer.

Seguidamente usou da palavra o senhor Deputado Duarte Duarte (PSD), que questionou se teria sido feita alguma avaliação à intervenção das Forças de Segurança, à Proteção Civil, porque se está aqui a discutir sobre opiniões "quase" pessoais e de quem testemunhou, sugeriu que provavelmente a melhor solução seria fazer uma avaliação do que é que foi feito e do que é que poderia ter sido feito e o que correu bem e menos bem para que no futuro as coisas corram melhor.

Intervio o senhor Deputado Orlando Baptista (PS), que mencionou que a GNR fez um trabalho incansável em Quarteira naquele dia e a GNR estava a bloquear a Avenida de Ceuta e referiu uma situação que presenciou um acidente na Avenida da Fonta Santa um despiste automóvel em que a prontidão do INEM foi imediata para socorrer a vítima, em que a prioridade é socorrer as pessoas e não os bens.



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

A senhora Deputada Carla Gomes (CDU), disse que se estando a apresentar aqui um Voto de Louvor, propôs igualmente que se apresentasse um Voto de Pesar para a família da vítima de Boliqueime, uma vez que foi no concelho de Loulé, propondo a mesma à consideração da Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração dos senhores deputados, este Voto de Louvor bem como igualmente o Voto de Pesar, nos termos propostos pelos senhores Deputados.

Foram ambos os votos colocados a votação o Voto de Louvor e o Voto de Pesar, tendo sido ambos aprovados por unanimidade.

Seguidamente interveio a senhora Deputada Irina Martins (PSD), que disse que queria desde já que ficasse assente em Ata, que não houve nenhuma objeção em relação ao Voto de Louvor e que sabendo das dificuldades que surgiram nesse dia, e que os efetivos no terreno não são suficientes para acorreram a todas as situações ocorridas no concelho, para no futuro a resposta ser mais rápida do que aquela que aconteceu.

Quanto à intervenção da deputada Rebeca Martins, referiu que é um dia histórico na República Portuguesa, sendo um passo para a igualdade das famílias portuguesas.

O senhor Deputado Carlos Martins (BE), referiu que se tem que apostar na prevenção para que as situações corram da melhor forma possível. Colocou a questão da abertura ao público das Piscinas Municipais ao Sábado à tarde e ao Domingo, referindo que as pessoas que trabalham no período pós-laboral têm direito a utilizar os equipamentos municipais.

Para responder às várias questões solicitadas pelos senhores Deputados Municipais, o senhor Presidente da Câmara Municipal, passou a palavra ao senhor Vereador João Martins.

O senhor Vereador João Martins, começou por informar que já existe um Relatório da Comissão Municipal de Segurança. As ocorrências registadas pelos bombeiros, situaram-se na ordem das 180 chamadas telefónicas com 5



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

operacionais permanentes dia e noite. Tudo foi feito de acordo com o princípio da solidariedade, do humanismo e até operacionalmente, tendo sido tudo solucionado num espaço de 24 horas. Os senhores deputados tiveram um reconhecimento pelo trabalho dos Bombeiros e da Proteção Civil de dia e de noite para resolver as situações.

O senhor Presidente da Câmara Municipal, na sua intervenção, disse que o Louvor votado por unanimidade foi justo, porque acompanhou a situação no terreno e toda a capacidade existente para ocorrer às pessoas nestas situações, fizeram o que puderam, embora perante a magnitude do que se passou não chega. Como consequência desta situação já foi convocada o Conselho Municipal de Segurança, que já reuniu e houve um debate com todas as entidades possíveis que tiveram ligação com o socorro prestado e como consequência surgirá um Caderno de Medidas que irão ser implementadas no nosso concelho. Futuramente no terreno em diferentes vertentes tomar-se-ão as medidas que se impõem.

Mais informou que Loulé pertence a um grupo de 26 cidades no País, que num programa internacional com várias entidades, está-se a elaborar uma estratégia municipal para a adaptação do nosso território às alterações climáticas.

Quanto à questão da Rua Serpa Pinto, disse ter sido emitido um Boletim Municipal que apontava para uma determinada data, mas que por motivos vários atrasou-se, mas que no dia 28 será aberta ao público.

Quanto à questão do senhor deputado Carlos Martins, referiu que desde há 4 anos a esta parte tem havido uma diminuição de recursos humanos, esta autarquia perdeu mais de 300 funcionários municipais, refletindo-se na qualidade dos serviços prestados por esta autarquia. As restrições à contratação de funcionários tem sido muito grande.

O senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

5- Moções:

Não houve Moções a apresentar neste período.



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809



E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

6- Período da Ordem do Dia:

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro;

Foi sugerido pelo senhor Deputado Fernando Santos (PS), que se discutisse em primeiro lugar a alínea c).

Interviveio o senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD), dizendo que a bancada do PSD não está muito de acordo com o nome do Papa Francisco para a nova Avenida de Quarteira, não achando a escolha muito correta porque este senhor ser anti-luso, ao preconizar publicamente que a língua portuguesa e brasileira deveria ser fundida com a espanhola. E questionou se não há em Quarteira pessoas de relevo importante, já falecidas que colaboraram para o desenvolvimento da cidade de Quarteira, que mereciam que o seu nome fosse atribuído a esta artéria?

Em seguida o senhor Deputado Carlos Martins (BE), disse que a proposta do Executivo Municipal com o nome do Papa Francisco para aquela Avenida, não lhe oferece oposição, porque considera que o mesmo tem feito um bom trabalho, na defesa da liberdade das famílias contra a guerra e alguns desequilíbrios que existem no mundo. No que respeita à situação financeira da Câmara, existe um aumento significativo nos impostos diretos, que são o IMI, IMT e Derrama, mas que falta uma explicação sobre esta subida. Questionou igualmente sobre o aumento de 5,2 milhões na transferência de capitais. Questionou também o aumento nas transferências correntes de cerca de 1 milhão de euros. Verifica-se igualmente uma redução nos passivos financeiros na ordem de 1,5 milhões de euros. O saldo financeiro é de cerca de 17 milhões de euros, perguntando se tal se deve à falta de investimentos ou a receitas inesperadas.

O senhor Deputado Analídio Ponte (PSD), abordou a questão de uma observação que tinha feito na altura aquando da aprovação do Regulamento Loulé Solidário, foi que todos os serviços estavam centralizados na cidade,



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

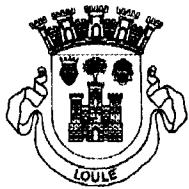
não havendo descentralização, verificando agora um atendimento descentralizado nas freguesias no sentido da proximidade e atendimento com os parceiros locais.

Em seguida usou da palavra o senhor **Deputado João Santos (PSD)**, que abordou a questão da toponímia em relação ao nome da Avenida Papa Francisco, porque existem em Quarteira algumas figuras históricas que deviam ter sido pensadas, pessoas que foram importantes de alguma forma, como é o caso do Doutor José Maria de Pádua, deputado republicano que em 1914 apresentou um projeto-lei no Parlamento para a criação da freguesia de Quarteira, o que veio a acontecer em 1916, ou podendo ainda ser chamada a Avenida do Centenário ou a Avenida José Maria de Pádua, ou o nome de António Sousa Pontes, importante nos seus estudos hidrológicos para a situação da erosão existente na costa de Quarteira, levando mais tarde à construção dos pontões.

Questionou se o Papa Francisco aceitou o facto de ter o nome na Avenida, mas neste caso é uma questão pertinente, porque no artigo n.º 11 do Regulamento da Toponímia no Ponto 2, refere que não serão atribuídas designações com o nome de pessoas vivas, salvo em casos extraordinários em que se reconhece que por motivos excepcionais, no caso do Papa Francisco pelas qualidades humanas que possui, deve ser feita a homenagem enquanto vida da pessoa e que seja aceite pela própria, e neste caso concreto questionou se o Papa Francisco teria aceite.

Seguidamente o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, questionou relativamente ao saldo que consta nesta listagem, não traz o valor que transitou do ano anterior, sendo o saldo mais próximo de 30 milhões do que 17 milhões.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que iria responder às questões que foram suscitadas, e que a matéria financeira que vem no relatório e que foi objeto de questões levantadas por alguns deputados, disse que remeteria isso para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, onde poderão ser respondidas de uma forma integrada pelo senhor **Vice-Presidente da Câmara**. Sobre as outras questões, no que respeita a esta Avenida de Quarteira, pareceu bem ter o nome de uma figura universal, um líder



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

religioso de prestígio mundial, uma fonte de esperança num mundo cada vez mais conturbado e disse ainda que as cidades não têm que contemplar na sua toponímia apenas os "filhos da sua terra". Relembrou ainda que Francisco Sá Carneiro e Mota Pinto foram dois nomes dados a 2 avenidas de Quarteira e que não são naturais de Quarteira. Exemplificou ainda o nome do Padre Elísio que também tem uma rua em Quarteira com o seu nome.----- Respondendo ao senhor deputado Analídio Ponte, o atendimento descentralizado dos técnicos de intervenção social da Câmara, está em prática e está tendo um enorme êxito.-----

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que propôs uma alteração à Ordem de Trabalhos, começando com a discussão em conjunto das alíneas b), c) e d), com a respetiva votação em separado, iniciando-se a votação pela alínea d), referente ao Quadro Plurianual 2015-2018, pois permite uma retificação ao Quadro anterior, e avançar nos trabalhos orçamentais para o ano seguinte e de seguida aprovar as várias matérias relativas à Fiscalidade que constam da alínea c), que também serão votadas separadamente e por último a votação da alínea b) sobre as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento para o ano de 2016, obtendo de seguida a concordância unânime de todos os presentes. ---

Dando-se continuidade aos trabalhos, retomou-se a Ordem de Trabalhos, passando-se à apresentação das propostas seguintes:-----

d)- Proposta 51/2015- Deliberação relativa ao Quadro Plurianual Municipal 2015-2018, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09;-----

c)- Proposta 50/2015- Deliberações relativas à Fiscalidade a vigorar em 2016:-----

alínea 1)- Definição das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI;-----

alínea 2)- Fixação da Percentagem variável do Município de Loulé no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Loulé;-----

alínea 3)- Lançamento de Derrama no Município de Loulé no valor de 1,5% em sede de IRC;-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

www.cm-loule.pt | e-mail: aml@cm-loule.pt | fax: 289 462 030 | telex: 289 400 809

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

alínea 4)- Fixação da Redução de Taxa de IMI para as famílias com dependentes no âmbito do artigo 112.º do CIMI na redação dada pelo OE 2015, artigo 213.º;

b)- Proposta 49/2015- Deliberação relativa às Grandes Opções do Plano e à Proposta de Orçamento para o ano de 2016, de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) e artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 Setembro;

Para apresentar as propostas, foi concedida a palavra ao senhor Vice-Presidente, que começou por falar da alteração ao Quadro Plurianual para 2015-2018, dizendo que tal é uma consequência de uma alteração legislativa recente, em Julho passado e publicada no dia 04 de Setembro de 2015. Trata-se de uma alteração à lei n.º 73/2013 e diz respeito á receita municipal proveniente do imposto municipal, IMT.

Quanto às propostas da Fiscalidade, relativamente às taxas municipais, existem 2 componentes que importa realçar. A proposta da taxa dos imóveis sobre os prédios avaliados, que é a única que agora é fixada pelo município passa para 0,38, querendo isto dizer que, durante 2 anos a taxa a praticar no IMI no Concelho de Loulé, tem uma redução de 5%, o que vai de acordo com o que estava previsto no programa eleitoral e no compromisso que foi assumido com os eleitores para este mandato, e que foi possível atingir ao fim dos 2 primeiros anos. Para além desta redução, há também a proposta de que o município adote pelo máximo, a redução em função do agregado familiar e do n.º de dependentes dos mesmos. Assim para além da redução da taxa normal do IMI, foi proposto e aprovado em sessão de câmara, uma redução da taxa do IMI para as famílias com dependentes. Assim, a taxa de IMI vai ser reduzida para todos, comparativamente ao ano de 2013, em alguns casos até quase às 9 décimas, uma diferença de quase 20% entre 2013 e 2015. Relativamente à comparticipação do município na taxa de IRS, essa comparticipação era de 5%, o município assumiu o compromisso de que enquanto se mantivesse a sobretaxa a nível nacional, o executivo assumiu o compromisso de devolver 1% aos municípios, ou seja o município vai manter os 0,4. Por último, falou sobre as outras 2 propostas deste pacote, nomeadamente, manter a da redução do IMI nas Freguesias do Concelho com uma componente rural, proposta esta que já vigora há alguns anos, e



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

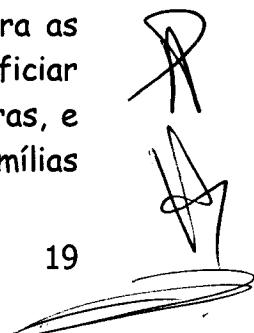
E-mail: aml@cm-loule.pt

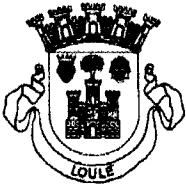
289 462 030

para além desta é proposta a aplicação de uma taxa de derrama de 1,5%, sobre o lucro que resulte, das empresas do Concelho, que tenham volumes de negócio superiores a 150.000€. Finalizou a apresentação destas propostas, referindo que reduzem significativamente os impostos para boa parte dos municíipes, para o próximo ano. -----

Também foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, acrescentando que o valor total deste orçamento traduz um bom momento das finanças locais, 103 milhões de euros, que são meros instrumentos de uma política, com princípios (rigor, transparência, simplificação), valores e compromissos, que este Executivo defende, uma política apresentada durante a campanha eleitoral. Quanto às linhas orientadoras, disse que as que caracterizam este orçamento são: **política fiscal** (com 19 medidas concretas de redução), **políticas sociais** (transportes escolares, manuais escolares, refeições escolares, apoios a associações, etc), **investimento público** para as obras municipais (requalificação da Escola D. Dinis, 2.ª e 3.ª fase do Passeio das Dunas, prolongamento da Av.º Vale do Lobo/Quinta do Lago, novo Quartel da GNR de Quarteira, etc), **aumento em 11% das dotações para as Juntas de Freguesia** e **600.000€ alocados para os projetos vencedores do OP 2015**. Terminou a sua intervenção dizendo que este orçamento foi feito com muito cuidado, bem pensado, trata-se de um orçamento marcante, com a marca deste novo Executivo. -----

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, que começou por solicitar alguns esclarecimentos sobre o Quadro Plurianual, se os totais de despesa e receita, todos os anos têm que ser sempre iguais?!, e a aquisição de bens de capital (investimento em obras novas), tem um decréscimo enorme de 1/4, de 2015 para 2018, de 28,8 milhões de euros para 7,4 milhões de euros. E quanto a esta questão referiu que a Bancada do PSD não irá votar favoravelmente esta proposta do Quadro Plurianual. Relativamente às receitas fiscais, congratulou-se com o facto de os impostos baixarem, e ainda mais com a redução da taxa de IMI para as famílias com mais dependentes, apesar de esta situação também beneficiar famílias que têm muitos filhos devido a melhores condições financeiras, e nestas situações não deveriam ter os mesmos benefícios que as famílias





MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

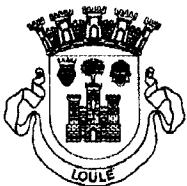
289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

numerosas, com dificuldades financeiras. Houve uma baixa na receita do IMI, mas mesmo assim a CML tem um aumento na receita, neste momento tem 40 milhões de euros disponíveis e poderia ter ido mais além nesta matéria, e ter ouvido a proposta apresentada pelos Vereadores da Oposição (PSD), pelo que a Bancada do PSD também não votará favoravelmente esta proposta. Relativamente à taxa da Derrama, talvez fosse possível reduzir para metade, dado que se trata de uma receita de baixo valor. Quanto ao valor de IRS, também seria possível ir um pouco mais além. Em relação ao orçamento, trata-se do 1.º orçamento do Executivo PS, mas neste orçamento há questões pertinentes, por exemplo, ao fazerem a redução de IMI nas freguesias do interior, porque é que neste orçamento (para o próximo ano), a maioria das obras, a quase totalidade das obras municipais, acima de 350.000€, estão nas freguesias do litoral, 43% em Quarteira, 31% em Loulé e 14% em Almancil, ou seja, sobra apenas 12% para as outras freguesias do interior, é este tipo de incentivo que querem dar às pessoas para irem para o interior? Terminou a sua intervenção dizendo que este orçamento foi feito para as freguesias onde há mais votos.

Foi concedida a palavra ao senhor Deputado Calçada Correia (PS), que começou a sua intervenção pelo Quadro Plurianual, referindo que esta proposta se impõe devido a uma alteração legislativa, que prorroga por mais um ano a extinção do IMT. O Município de Loulé é extremamente importante em termos de IMT, somos o 1.º Município a nível nacional dos de média dimensão, com maior peso de IMT na despesa corrente, e estamos em 5.º lugar na cobrança de IMT, representando 23% da receita municipal, o que tem um peso enorme para o orçamento deste Município. Com toda a certeza que o Estado Português, irá substituir o IMT por outro imposto, porque nunca perde impostos/receitas, deixando uma recomendação ao Executivo para que se mantivesse atento relativamente a esta matéria, por se tratar de uma grande receita, cuja nossa dependência, é por demais evidente. Em relação às Grandes Opções do Plano, referiu que lamentavelmente não viu nenhuma referência à pequena obra que constantemente é esquecida, que é uma requalificação da zona envolvente da Marina de Vilamoura (concretamente na Rua do Sol, Rua da Botelha e da Rua do Clube Náutico), que daria uma nova sustentabilidade àquela zona da Marina de Vilamoura, que também gera uma enorme receita para este



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

Município. Quanto à Fiscalidade, não tem muito a dizer, a não ser quanto ao caso da Derrama, pois sempre defendeu que a política fiscal, também deve ser importante a nível do nosso território.-----

Foi também dada a palavra ao senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD), que começou por comentar o Quadro Plurianual, dizendo que este foi feito sem grandes preocupações relativamente a investimentos. Quanto à Fiscalidade, realçou o facto da redução do IMI, poder ter sido maior, já que existe uma folga de 33 milhões de euros, e porque a maioria dos Municípios já está a aplicar a taxa mais baixa, até porque esta taxa é um fator de investimento estrangeiro. Relativamente à Derrama, disse que sempre foi contra esta taxa, e que este imposto deveria ser extinto, porque penaliza os comerciantes locais. Ainda sobre o IMI e a redução de IMI para as famílias com mais dependentes, questionou o Executivo sobre a existência, ou não, de algum estudo que demonstre qual é o impacto que esta redução irá ter no nosso Concelho, pois após uma análise, outros Municípios (dando o exemplo do Porto), não consideraram esta medida justa.-----

Também usou da palavra o senhor Deputado Fernando Santos (PS), referindo que esta Câmara sempre teve dinheiro, mas teve uma péssima gestão, e foi mal gerida, instalou-se o pânico e foi passada a informação aos munícipes de que não havia dinheiro. Congratulou o atual Executivo, a nível de orçamento, pela maior transparência. Sobre a Fiscalidade, referiu que subscrevia a declaração de voto da Bancada do PSD, pois desde há muito que existem condições para reduzir o IMI, IRS e condições para acabar com a Derrama, contudo, o Executivo anterior também não o fez, como tal está na hora de acabar com jogos de empurra, e gerir a autarquia de uma forma mais eficiente, pois estes orçamentos quer do PS, quer do PSD vão dar sempre ao mesmo.-----

De seguida foi concedida a palavra ao senhor Deputado Carlos Martins (BE), que começou a sua intervenção por falar no Quadro Plurianual para 2015-2018, dizendo que pela apreciação que fez dos documentos apresentados, continua a ver um cenário dramático para os próximos anos, tanto nas receitas, como nas despesas. Verificou que as receitas a nível de impostos diretos, sofrem uma redução substancial, o que levará à queda dos

R

AM



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

orçamentos. O corte progressivo previsto para o IMT, causam preocupação na futura gestão municipal. A partir de 2019 haverá menos dinheiro para investimentos de capital ou para cobrir parte das despesas correntes, tem que se começar a pensar em medidas, de forma a evitar-se um colapso. No que diz respeito à Fiscalidade, entende que a Câmara tem vindo num bom caminho, na redução progressiva do IMI, mas mesmo assim poderia ter ido mais além, se fosse tida em conta a isenção, o número de prédios novos, as novas avaliações, a aplicação do cadastro em curso, etc.. Mantém a minoração da taxa, contudo, em certas freguesias rurais deste Concelho, que deveriam ter cabimento nesta redução. Relativamente ao IMI familiar, que incide sobre as famílias com mais dependentes, disse que tudo o que é feito para reduzir a carga fiscal das famílias, de uma forma em geral é bem-vinda e está de acordo, no entanto, deveriam estar previstos limites para esta redução, nomeadamente ter em conta o rendimento global familiar, e o valor patrimonial dos prédios, de forma a não haver injustiças, nem beneficiações (dando o exemplo que uma casa na Quinta do Lago de 2 milhões, de uma família numerosa, a redução em termos de valor é bastante significativa). No entanto, é sempre mais fácil optar pelas medidas mais fáceis e mais populistas, que é a redução dos impostos, enquanto se deveria preparar o Concelho para outras medidas de fundo, ser mais proactivo na aplicação das medidas, com vista a promoção da reabilitação urbana, aumento da fiscalização, atualização do cadastro dos prédios também devolutos, exigir a alteração que permita também a cobrança do IMI das habitações incluídas nos fundos imobiliários, ou ainda majorar as habitações devolutas nos centros urbanos de acordo com a lei. Com a aplicação destas medidas, seria possível reduzir ainda mais a taxa de IMI e aumentar a receita. Por fim e relativamente à taxa de IRS e da Derrama, mostrou o seu acordo em relação a estas propostas, apesar de na Derrama a CML também poderia implementar outras medidas, de acordo com o que a lei prevê.-----

Foi dada a palavra ao senhor Deputado Vitor Cristiano (PS), que começou a sua intervenção pela taxa do IMI, dizendo que a redução desta taxa, foi uma promessa deste Executivo, e que irá beneficiar grande parte das famílias deste Concelho, e que a Bancada do PS congratula-se com o empenho deste Executivo, pelo facto de ter vindo a reduzir esta taxa. Quanto à redução da taxa de IMI relativamente às famílias, foi uma medida



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809



289 462 030

E-mail: aml@cm-loule.pt

legislada pelo governo, que esta Câmara irá aplicar, e pela taxa máxima, conforme lhe era permitido. Congratulou ainda o Executivo, relativamente a que este orçamento, referindo que este é bastante claro e elucidativo em termos de números contabilísticos, contrariamente aos anteriores. Disse ainda, que neste momento este Município tem uma saúde financeira que é de saudar, que o coloca numa posição de poder assumir e pensar no futuro com outra segurança e perspetiva, contando, também com alguma prudência em relação a algumas despesas devido à previsível descida de impostos. No que diz respeito à Derrama, referiu que apesar da receita resultante desta taxa ser de um valor baixo, concorda que o destino deste valor é bem empregue na Ação Social, em ajudar as famílias carenciadas, pelo que, a contribuição feita por parte das empresas do Concelho, que têm lucro, justifica-se com a manutenção desta taxa.

Também usou da palavra a senhora **Deputada Graciete Freitas (PSD)**, que começou por falar sobre as propostas relativas à Fiscalidade, dizendo que, considerando que o Município está de boa saúde financeira, o Executivo poderia ter ido mais além, permitindo uma descida maior na taxa do IMI. Quanto à taxa de devolução do IRS, porquê descer para 4% e não para 2,5%, quando foi já referido que as finanças da Autarquia estão de boa saúde. Em relação à taxa da Derrama, feitas as contas, é importante, mas em relação ao orçamento também tem que ser analisado, pois existe cada vez mais, um aumento de competitividade entre as empresas, e existem diferenças em relação ao valor desta taxa aplicada pelos Municípios, em Loulé é de 1,5%, mas há Municípios com 0,75% e outros essa taxa nem existe, o que muitas vezes pode originar que uma empresa opte por se sediar noutro concelho devido a essa diferença. Nestas 3 propostas de taxas, o sentido de voto da Bancada do PSD, é desfavorável. Quanto à alínea 4) sobre a proposta de redução de IMI para as famílias com dependentes, a Bancada do PSD concorda com a mesma, uma vez que pode ajudar as famílias mais carenciadas, apesar de poder vir a beneficiar outras que o não são. Relativamente à proposta do Plano Plurianual, este plano para além de ser conservador, é completamente contido dentro do que se pode fazer. Ter um Concelho que está mais virado para a Administração/Gestão, do que para o Investimento, é uma preocupação, deveria haver um equilíbrio, o que não se verifica. Sobre as Grandes Opções, falando de algumas rúbricas, por

R

AS



MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

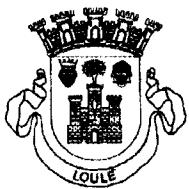
289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

exemplo, saneamento, projetos de reabilitação urbana, construção de equipamentos para desportos radicais, entre outras rúbricas, cujo valor atribuído, para 3 anos é mínimo, tendo em conta a dimensão do nosso Concelho. Terminou a sua intervenção colocando ao Executivo uma questão, relativamente à localização e capacidade do novo Parque de Estacionamento de Quarteira.-----

Também foi concedida a palavra à senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, que começou por falar das propostas sobre a Fiscalidade, dizendo que qualquer redução à taxa de IMI é uma mais-valia a favor dos nossos municíipes, no entanto, também partilha de algumas opiniões que já foram expressas, pois de acordo com a situação financeira da Câmara, existe uma margem maior, para se proceder a uma redução mais significativa do IMI. Quanto à taxa de IMI familiar, a Bancada da CDU não está de acordo com esta proposta, pois trata-se de um benefício que descrimina as famílias, pois as famílias sem filhos são postas à parte, podendo ter iguais ou ainda maiores dificuldades financeiras que as famílias com 1 ou mais filhos. E mesmo estas últimas, dependendo do valor do imóvel, e do valor do rendimento global, poderão beneficiar muito pouco desta medida, como tal esta medida não é tão benéfica como parece. Sobre a proposta referente ao IRS, é apenas reduzida em 1% e podia ser maior, e não está justa na sua atribuição para os municíipes, uma vez que, quem está sujeito a retenção na fonte é que pode usufruir desta medida, infelizmente cada vez há mais ofertas de trabalho com pagamento de ordenado mínimo, e estas pessoas nunca irão usufruir deste benefício. Quanto à Derrama, embora a Bancada da CDU, esteja de acordo com a aplicação da mesma, contudo, acaba por ser um imposto injusto, pois deixa de atrair mais investimento, consequentemente deixa de criar mais postos de trabalho, com a criação de novas empresas, e infelizmente no Concelho de Loulé, há grandes empresas que estão sediadas fora do Concelho, pagam a Derrama no Concelho onde estão sediadas, porque não existe um controlo, e o pagamento da Derrama deveria ser dividido entre os Concelhos, onde está a sede da empresa, e onde labora. As pequenas empresas locais é que acabam sempre por ser prejudicadas, porque essas é que pagam sempre a Derrama.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal, fez duas observações, sobre esclarecimentos que solicitou ao Executivo. O primeiro, sobre a questão da Derrama, dizendo que efetivamente a lei prevê que as Empresas que tenham estabelecimentos no Concelho de Loulé, mas que não tenham cá a sede, a parte dos lucros tributável, para efeitos de Derrama, é proporcional à massa salarial. O segundo esclarecimento, relativamente ao Quadro Plurianual, ressalvando que não pode ser dito aqui nesta Assembleia, que este não tem significado. Este tem que ter significado, independentemente da legislação não regulamentar este Quadro, independentemente de ele poder ter falhas na previsão, é um Quadro com valor, legal, real, com responsabilidades dos valores que lá estão.

Foi concedida a palavra ao senhor Deputado Fernando Santos (PS), que referiu que o Orçamento, por uma razão positiva, voltará a ser revisto nesta sala, porque em breve, as despesas com pessoal, irão subir.

Também foi dada a palavra ao senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD), que relativamente ao Orçamento, colocou ao Executivo duas questões. A primeira acerca da Circular de Loulé (Norte), qual o ponto de situação, uma vez que, não há qualquer referência no Orçamento a esta obra. A segunda, relativamente à Estrada Vale do Lobo/Quinta do Lago, 2ª fase, troço entre a Estrada Municipal 527-2 e a VNC 522, quantas faixas estão previstas para aquele troço, 2 ou 4? E para o prolongamento da Av.ª Vale do Lobo/Quinta do Lago, quantas faixas? Pois no seu entender, aquela zona merecia 4 faixas, 2 em cada sentido. Por fim, disse ainda que neste Orçamento, o dinheiro atribuído a uma coisa tão importante como o saneamento básico, é bastante reduzido, pois ainda há muitas zonas que não têm saneamento básico, e estas situações deveriam ser tratadas com mais celeridade.

Usou também da palavra o senhor Deputado Carlos Martins (BE), que começou por salientar alguns aspetos destas propostas, que este Orçamento apresenta-se de uma forma mais rigorosa e transparente, e com maior facilidade de apreciação dos documentos, que ficou prevista uma redução da carga fiscal, significativa, o que é bastante positivo, que a redução dos encargos financeiros apontam para o facto de não haver recurso a



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

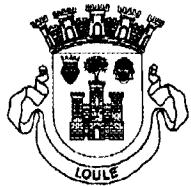
289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

emprestimos bancários. A manutenção e aumento das verbas do orçamento municipal, a redução das transferências do orçamento municipal para as empresas municipais, tudo isto, permite constatar que financeiramente o Município encontra-se de boa saúde, e que o saldo financeiro disponível estará a funcionar quase que como uma Bolsa de Valores. Após a análise dos documentos, verifica-se que o Orçamento, mantém sensivelmente o mesmo valor que em 2014, e que os impostos diretos cobrem 60% do Orçamento, e nesta questão há que ter atenção à influência que este valor tem na Administração Local. Quanto às receitas dos serviços de saneamento, água, esgotos e resíduos solicitou esclarecimentos ao Executivo sobre o motivo porque é que, o valor é inferior ao valor cobrado? Relativamente às grandes obras, estas incidem sobre Quarteira, Almancil e sede de Município (Loulé), e muito pouco para o interior, para as freguesias rurais, poderia haver um maior equilíbrio. Relativamente à requalificação da Escola D. Dinis, em Quarteira, que ronda os 5 milhões de euros, questionou se esta obra é comparticipada com fundos comunitários, ou o valor sai na totalidade do orçamento municipal? Também a estrada de ligação entre Vale de Lobo e Quinta do Lago, é uma obra comparticipada com fundos comunitários ou oriunda do Vilamoura 21, em que estava prevista uma verba para esta matéria? Tendo em consideração a análise feita, a bancada do BE está em condições de votar favoravelmente, a proposta de Orçamento.

Solicitou a palavra a senhora **Deputada Irina Martins (PSD)**, para tecer algumas considerações sobre a análise das propostas do Orçamento e do Quadro Plurianual. Sobre o Quadro Plurianual, disse que este Executivo perdeu a capacidade de sonhar com investimentos, basta ver as aquisições de capital, da queda de 28,8% para 7,4% em 2018, é meramente especulativo, como foi dito pela Bancada do PS, mas a verdade é que deveria espelhar a realidade, para se tentar perceber realmente, quais são as obras e investimentos que pretendem efetivamente fazer, pois este Executivo tem sido exímio na administração doméstica, porque este orçamento está claro como água, este orçamento está bastante simplificado e fácil fazer a sua análise e as devidas contas. Relativamente às diferenças e às comparações, este Executivo arrecadou este ano mais 8,5 milhões de euros, do que no ano passado, e gastaram mais 1 milhão de euros, ou seja, conclui-se que não há investimentos no Concelho, onde é que está o saneamento



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

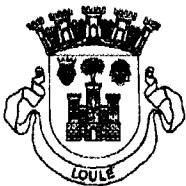
E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

básico em Vale Telheiro, que fica às portas de Loulé? Este é apenas um exemplo, entre muitos que se verificam neste Concelho. Até em relação às obras dos Orçamentos Participativos do ano passado, nem essas conseguiram concretizar. Finalizou a sua intervenção falando sobre as principais obras que constam nos compromissos plurianuais, onde se notam as diferenças e assimetrias deste Concelho, das 24 grandes obras que estão previstas, acima dos 350.000 euros, em Quarteira haverá um investimento de 43%, em Loulé 31%, em Almancil 14%, ou seja das outras obras que sobram, restam apenas 12% para o resto do Concelho, ou seja a repartir pelas freguesias do interior, o que é bastante injusto.-----

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Vitor Cristiano (PS)**, que referiu que o Executivo anterior deixou um passivo de 80 milhões de euros, enquanto o Executivo atual, ao fim de 2 anos de governação conseguiu deixar as finanças do Município de boa saúde. Contudo, e relativamente ao Orçamento, colocou a questão, quanto aos valores de cobrança dos valores de água e pagamento às Aguas de Portugal, existe uma grande discrepância, e atualmente as perdas da nossa rede rondam os 40%. Sabendo que também são obras de um valor considerável, será que o Executivo tem ponderado fazer algum estudo sobre o atual cadastro, para uma eventual reparação/melhoramento da rede, uma vez que já estamos muito próximos dos 50%, existindo uma diferença de 9 milhões de euros, entre o valor que é cobrado aos munícipes e o valor que o Município paga às Águas de Portugal.--

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal** para esclarecer algumas das questões colocadas pelos senhores Deputados, começando por responder ao senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD), dizendo que em relação à obra das Estradas Vale de Lobo/Quinta do Lago, estão previstas 2 faixas, 1 em cada sentido, ao contrário do que estava previsto no primeiro projeto que efetivamente seriam as 4 faixas. Continuando a falar de obras, informou que vai ter inicio uma obra nova, em Quarteira, uma nova Avenida. Respondendo ao senhor Deputado Carlos Martins (BE), a Rotunda das Pereiras até às Escanxinhas, que depois ligará numa 2.º empreitada, até à Rotunda de Vale do Lobo, mas em relação ao 1.º troço, também havia um projeto interno para 4 faixas, no entanto, chegou-se à conclusão quera era inviável, por uma questão de impacto de custos, e



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

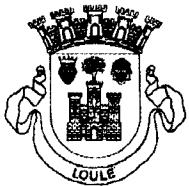
289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

este Executivo optou por gastar menos dinheiro e servir na mesma e bem as necessidades deste Concelho, pelo que este projeto também foi alterado e não terá comparticipação de fundos comunitários, porque este novo quadro comunitário, já não financia obras de rede viária. Mas haverá para a requalificação da Escola D. Dinis, em Quarteira, e a parte dos 2 milhões de euros que caberá ao financiamento para essa obra irá ao PO Regional. Quanto às perdas na rede, o que explica essa diferença, como o caso da Rua Serpa Pinto, em que as infraestruturas no subsolo estavam completamente degradadas, havia buracos enormes na rede, e este é um exemplo que explica as grandes perdas na rede, que não se conseguem contabilizar ao pormenor, mas está a ser feito um levantamento. Quanto à questão levantada pela senhora Deputada Graciete Freitas (PSD), do Parque de Estacionamento de Quarteira, irá ser na Avenida de Ceuta, antes do Hipermercado Continente, numa extensão de 150 metros. Sobre a Circular de Loulé, disse que esta faz parte do Plano Rodoviário Nacional 2000, e é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Infelizmente, neste momento as obras estão paradas e ficaram para trás muitas outras obras, e o troço a terminar da Circular de Loulé, está nessa lista. Continua na agenda de trabalhos da CML e continuará a haver insistência junto das Infraestruturas de Portugal.

Também foi concedida a palavra ao senhor Vice-Presidente, para esclarecer algumas questões colocadas pelos senhores Deputados. Iniciou os esclarecimentos sobre o Quadro Plurianual, dizendo que este aumenta todas as verbas e prevê a redução de verbas no futuro. Quanto à questão do Orçamento, este Executivo assumiu os compromissos de rigor, transparência e legalidade. O teto orçamental está definido pela lei, e as receitas também estão previsivelmente calculadas. Respondendo à senhora Deputada Carla Gomes (CDU), disse que em relação as propostas acerca da Fiscalidade Municipal, os benefícios resultantes da redução do IMI familiar, e os benefícios resultantes do IRS, é verdade, que não são distribuídos por todos os municípios do Concelho, não são medidas fiscais, que se apliquem a quem não tem rendimentos ou que não têm propriedade, mesmo assim, o Município não reduziu as despesas com as famílias mais carenciadas, e assim os benefícios chegam a todos. Claro que estas medidas pretendem beneficiar a classe média, apanha também a classe alta que é proprietária,



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

chegarão também aos trabalhadores, que têm rendimentos e pagam impostos. No fundo é uma devolução às pessoas de ganhos provenientes da gestão municipal, e das finanças municipais. Em resposta aos senhores Deputados Carlos Martins (BE), Fernando Santos (PS), Ricardo Lampreia (PSD), entre outros, disse que era possível fazer mais, mas a consequência de medidas demagógicas, eleitoralistas, são difíceis de medir, é por isso que a redução das taxas é feita de uma forma faseada, medida e controlada. O ponto de partida para a elaboração deste Orçamento foi o mês de Agosto, para que este fosse aprovado pela CML em Outubro. Possivelmente este Orçamento ainda terá de ser alterado, e bem, devido a um aumento com despesas de pessoal. Em relação a outras questões colocados, sobre a exploração dos serviços de abastecimento de água, saneamento público e de resíduos sólidos urbanos, disse que é bastante deficitária neste Concelho. Há medições de autoconsumos, que não são bem-feitas, há perdas na rede muito significativas, existem roubos de água e os valores que compõem o tarifário, estão desajustados do real preço dos serviços prestados e dos bens vendidos. Relativamente à Derrama, aplica-se apenas a um determinado tipo de empresas, uma taxa de 1,5% com um volume de negócios superior a 150.000 euros, e isenção para as que não atingem esse valor. O partido político (PSD) que hoje reclamava a sua redução para metade, foi o partido político que a introduziu, e foi incapaz de isentar quem tinha menos de 150.000 euros de volume de negócios. Finalizou a sua intervenção, dizendo que os Vereadores do PSD não apresentaram nenhuma proposta nesta discussão, em reunião de câmara, apresentaram uma Declaração de Voto, depois da discussão e da votação encerrada, onde referiam a sua opinião em relação aos valores. Não apresentaram durante a discussão nenhuma proposta.

Não havendo mais intervenções sobre este conjunto de propostas sobre o quadro financeiro da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou as mesmas a votação, começando pela seguinte proposta:

d)- Proposta 51/2015- Deliberação relativa ao Quadro Plurianual Municipal 2015-2018, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09; tendo sido aprovada por maioria, com 18 votos a favor,



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

10 votos contra e 7 abstenções.

Dando-se continuidade aos trabalhos, retomou-se a Ordem de Trabalhos, passando-se à proposta seguinte:

Proposta 50/2015- Deliberações relativas à Fiscalidade a vigorar em 2016:

alínea 1)- Definição das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI; tendo sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor, 10 votos contra e 8 abstenções.

alínea 2)- Fixação da Percentagem variável do Município de Loulé no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Loulé; tendo sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor, 11 votos contra e 5 abstenções.

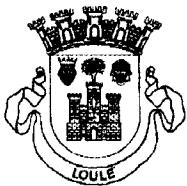
alínea 3)- Lançamento de Derrama no Município de Loulé no valor de 1,5% em sede de IRC; tendo sido aprovada com maioria, com 19 votos a favor, 10 votos contra e 6 abstenções.

alínea 4)- Fixação da Redução de Taxa de IMI para as famílias com dependentes no âmbito do artigo 112.º do CIMI na redação dada pelo OE 2015, artigo 213.º; tendo sido aprovada por maioria, com 33 votos a favor e 2 votos contra.

De seguida pediu a palavra a senhora Deputada Carla Gomes (CDU), para apresentar uma Declaração de Voto, para justificar a posição desta Bancada, nomeadamente em relação aos votos contra, nas propostas da taxa do IRS e na taxa da redução de IMI para as famílias, pois consideram estes benefícios discriminatórios e que apenas atingem uma parte dos municípios, não na totalidade.

A Bancada do PSD também informou a mesa que irá apresentar uma Declaração de Voto escrita sobre as alíneas 1, 2 e 3 desta proposta.

Também foi concedida a palavra ao senhor Deputado Carlos Martins (BE), que informou a mesa que também irá apresentar uma Declaração de Voto



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030

escrita da sua Bancada. -----

Prosseguindo-se a Ordem de Trabalhos, passou-se de imediato à proposta seguinte:-----

Proposta 49/2015- Deliberação relativa às Grandes Opções do Plano e à Proposta de Orçamento para o ano de 2016, de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) e artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 Setembro; tendo sido **aprovada por maioria**, com 17 votos a favor, 10 votos contra e 8 abstenções.-----

Pidiu a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que informou a mesa que também irá apresentar uma Declaração de Voto escrita da sua Bancada sobre esta proposta. -----

A Bancada do PSD informou a mesa que também irá apresentar uma Declaração de Voto escrita sobre esta proposta.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores Deputados sobre estas propostas, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que as restantes 3 propostas 52/2015, 53/2015, 54/2015, que constavam da Ordem de Trabalhos desta sessão, terão que transitar para uma nova sessão extraordinária que ocorrerá no mês de Dezembro, uma vez que que foi esgotado o tempo regimental desta sessão. -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Adm. - R. p. m.
A 1ª SECRETÁRIA Heloísa
A 2ª SECRETÁRIA J. M. A. M. M.

DR
HM



MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

289 462 030



Declaração de Voto

As propostas de Orçamento e as Grandes Opções do Plano de 2016 para o município de Loulé que foram submetidos e apreciadas, revelam um grau de rigor, transparência e facilidade de apreciação dos documentos que permitiu ao **Bloco de Esquerda** votá-los favoravelmente.

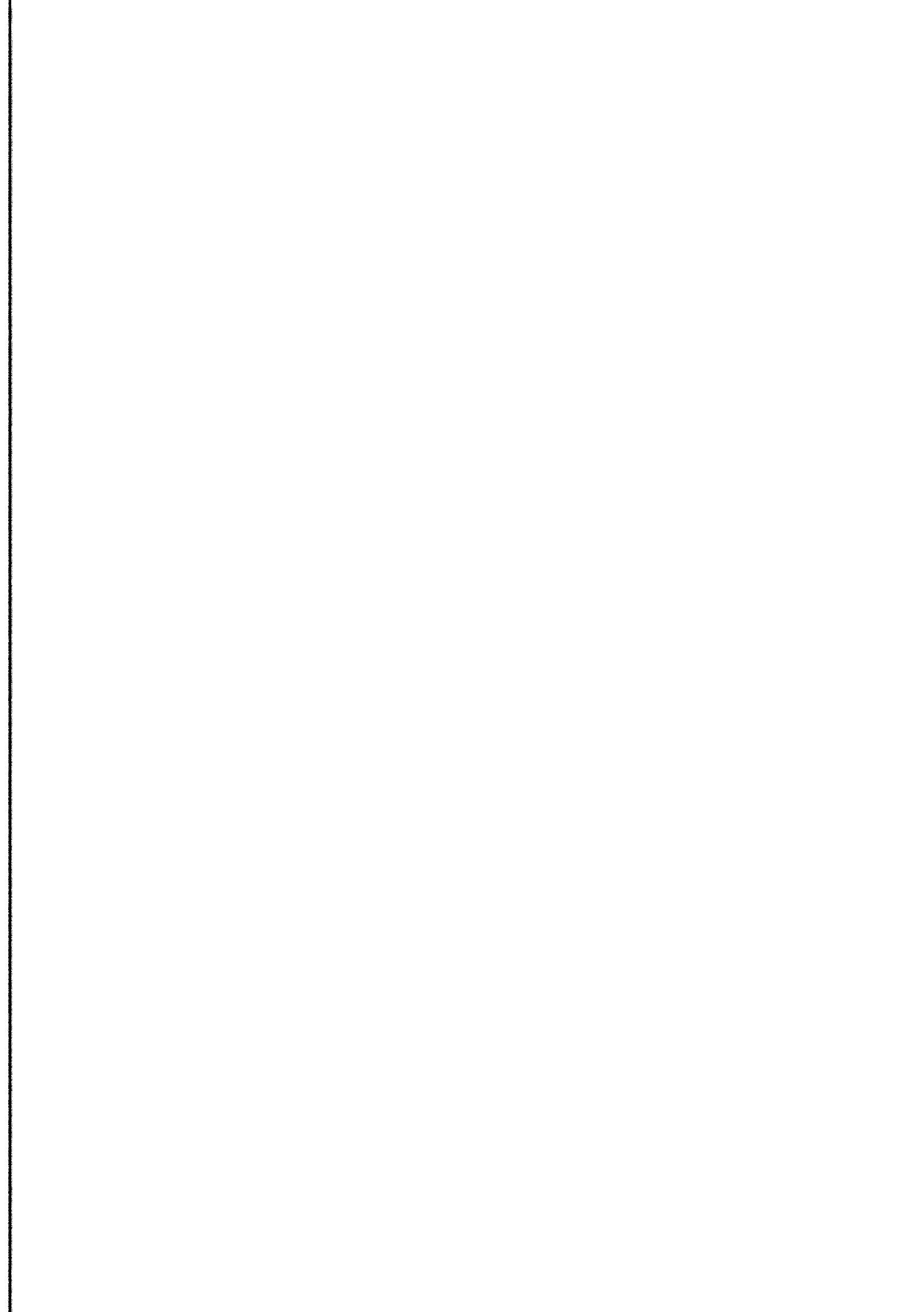
Registamos com agrado a redução da carga da fiscalidade municipal e a aplicação de medidas de apoio às pessoas e famílias, assim como, que a câmara se encontra de boa saúde financeira.

Manifestamos a nossa preocupação com o facto de a prevista abolição do IMT vir a criar nos próximos anos graves dificuldades na gestão camarária, por falta de verbas para investimento em obras, de manutenção de redes de saneamento, de reparação de redes viárias, de edifícios e de outros equipamentos colectivos ou para cobrir parte das despesas correntes.

Loulé 20 de Novembro de 2015

O deputado municipal do BLOCO DE ESQUERDA

(Carlos José da Silva Martins)





Declaração de Voto

Propostas de Fiscalidade Municipal a aplicar em 2016

Votámos a favor das propostas apresentadas pelo executivo municipal, referentes à Fiscalidade Municipal para aplicação em 2016, pelas seguintes razões:

- . No **IMI** a taxa sofre uma ligeira redução em relação a 2015, passando de 0,39 para 0,38 %. Tal redução, deriva da boa situação financeira do Município, dum controlo orçamental mais rigoroso; da redução dos encargos financeiros com empréstimos e da vontade política na redução progressiva deste imposto até ao final do mandato. Por outro lado, mantém a redução de 30 % para os prédios localizados nas freguesias do interior do Concelho onde se regista uma redução da população e no combate à desertificação rural (Alte, Ameixial, Salir e União Freguesias Benafim, Querença e Tor);
- . Aplicação das taxas máximas de redução previstas na lei no **IMI familiar (10% para 1 filho; 15% 2 filhos e 20% com 3 filhos)**, resultando uma redução apreciável na taxa do IMI para os casais com filhos e um incentivo para o aumento da natalidade. Salientamos que não somos totalmente a favorável desta medida, deveriam estar previsto limites para esta dedução, nomeadamente ter em conta o rendimento familiar e o valor do prédio.
- . Mantém a fixação da **participação variável do IRS** em 4 % para o município sendo devolvido 1 % aos contribuintes com domicílio fiscal em Loulé.
- . Aplicação de uma **Derrama** em sede de IRC **de 1,5 % sobre o lucro tributável relativo aos sujeitos passivos com volume de negócios superior a 150.000 euros**, mantendo a isenção para as empresas em que o volume de negócios tenha sido inferior àquele valor.

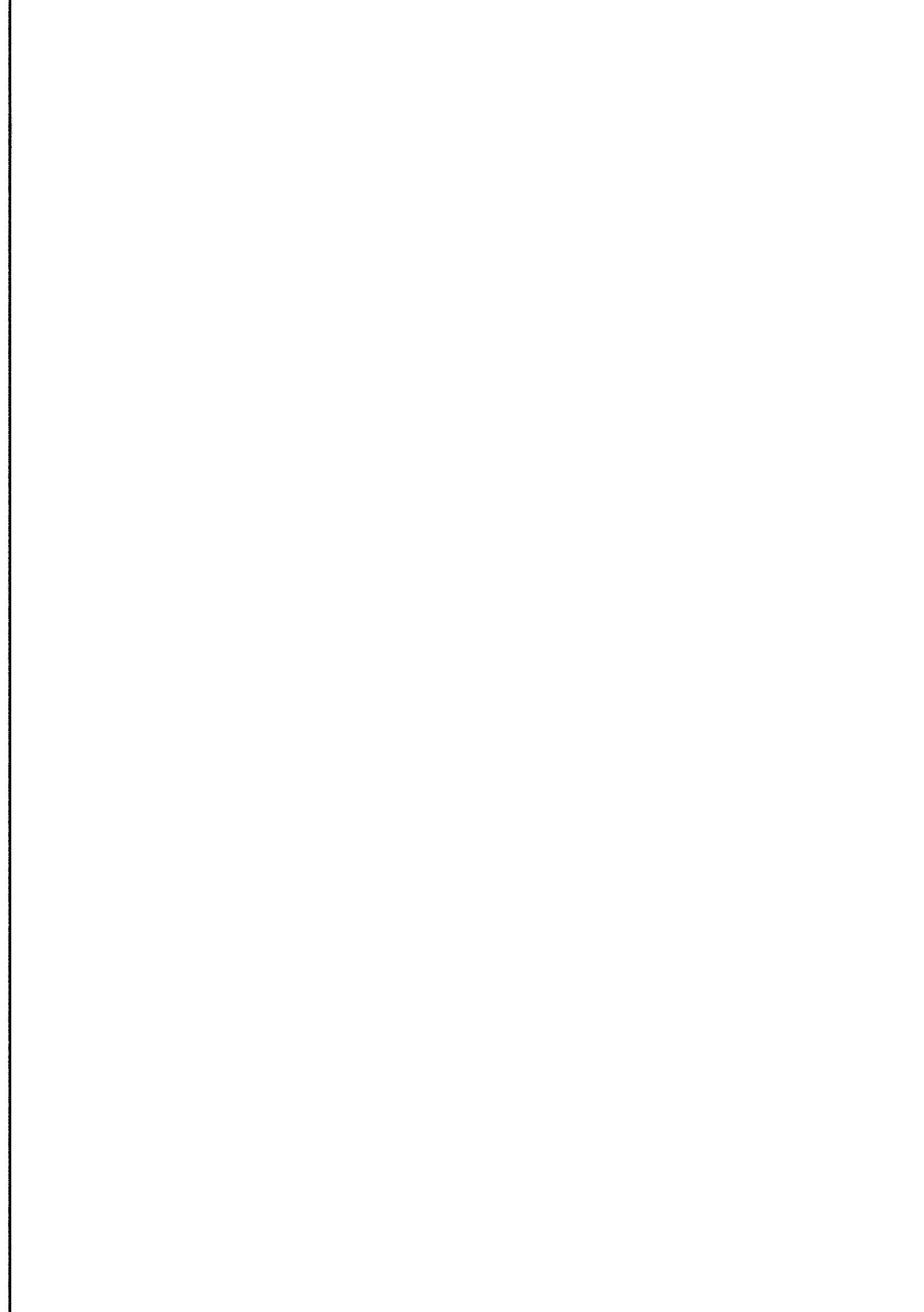
Para além destas decisões, deveriam ter particular atenção e tomar medidas complementares na promoção da reabilitação urbana; numa fiscalização mais atenta; no aceleramento do processo de cadastro dos prédios; no controlo apertado dos prédios construídos mas não registados; na obrigação dos fundos imobiliários e outros produtos financeiros contribuírem para o IMI, nos incentivos às empresas, etc. Com a aplicação destas medidas certamente poderíamos arrecadar mais receitas e aliviar ainda mais a carga fiscal dos municípios contribuintes.

Concordamos na generalidade com a aplicação destas medidas, que implicam redução da carga fiscal para os municípios, mas também, permitam manter um nível de receitas em “impostos diretos” para fazer face aos diversos programas destinados ao apoio às famílias, aos transportes e livros escolares, refeitórios sociais, emergência social, realojamentos, etc..

Loulé, 20/11/15,

Deputado Municipal do Bloco Esquerda na Assembleia Municipal de Loulé

(Carlos José da Silva Martins)





DECLARAÇÃO VOTO

Expostas e analisadas as propostas do executivo da Câmara Municipal de Loulé relativamente às Grandes Opções do Plano e à Proposta de Orçamento para o ano de 2016, verificou-se com muito pesar que o referido executivo demonstra através dos mesmos uma falta de dinamismo essencial num plano de retoma que se prevê para o ano de 2016.

Portugal está destinado a grandes passos no sentido ascendente. Do Algarve se espera que acompanhe a bom ritmo esse retomar e é crucial que nesta fase o concelho de Loulé não fique aquém das suas capacidades, quer nos instrumentos que poderão ser disponibilizados, logística ou ideias que as possam acompanhar, quer na visão e capacidade de liderar esse caminho como exemplo a seguir como já aconteceu num passado não muito distante.

Este é pois o terceiro orçamento com o cunho deste executivo socialista que insistem em não alterar a sua forma de pensar: para menos e não para mais.

O município encontra-se já em retoma significativa da sua disponibilidade financeira que se apresenta na ordem os **35 milhões de euros** e como tal o orçamento apresentado fica aquém dos interesses e expectativas legítimas de todos os municíipes.

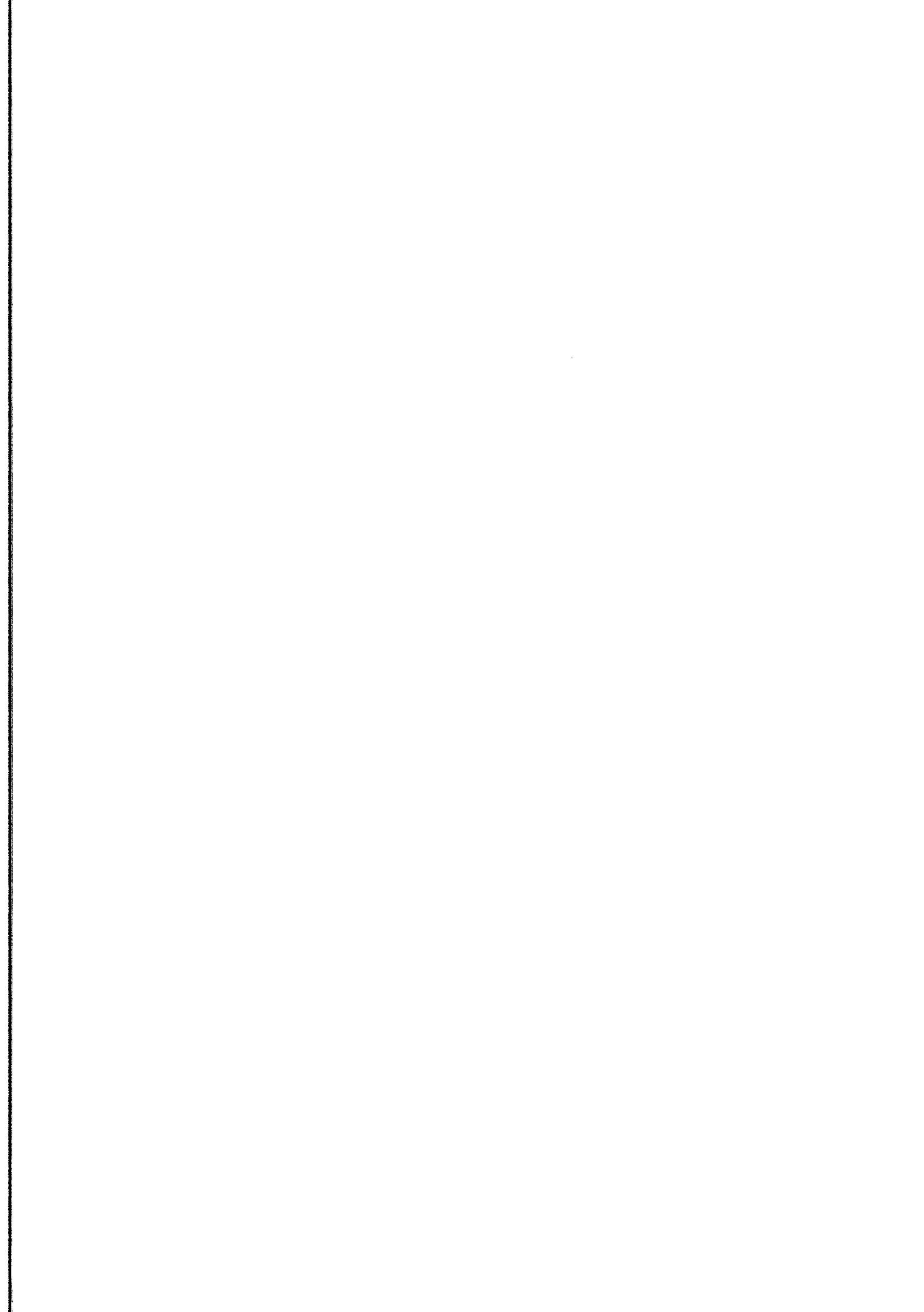
Apenas dar continuidade a obras subaproveitando o potencial que está já gerado e em poder do município é um passo desacertado.

Inquietantemente apesar da disponibilidade financeira ter atingido um nível que nos permitiria almejar por mais, o orçamento apresentado prevê uma **redução no investimento** deste concelho através da descida das despesas de capital em cerca de 6% ainda que também sem se compreender, se preveja um **aumento das despesas correntes** em cerca de 5%.

Não pode esta bancada concordar com esta estratégia em que se retira do que pode criar para um futuro e se coloca no que pesa sem retorno.

Aumentando as despesas correntes de funcionamento da Câmara Municipal, se vê retirado o investimento na melhoria das condições das infraestruturas dos municíipes, nomeadamente novos equipamentos e novas redes de água e esgotos num município que não se contrai e está - mesmo que não se demonstre neste orçamento - em constante crescimento.

É lamentável verificar já um investimento privado em zonas cruciais do nosso concelho como tem sido amplamente anunciado e se verifica em diversos pontos e verificar que o executivo teima em insistir na contenção e no sentido inverso.





DECLARAÇÃO VOTO

Relativamente à proposta 50/2015 apresentada pelo executivo da Câmara Municipal de Loulé e mais concretamente quanto às alíneas 1, 2 e 3, vem a bancada do PSD apresentar a sua declaração de voto.

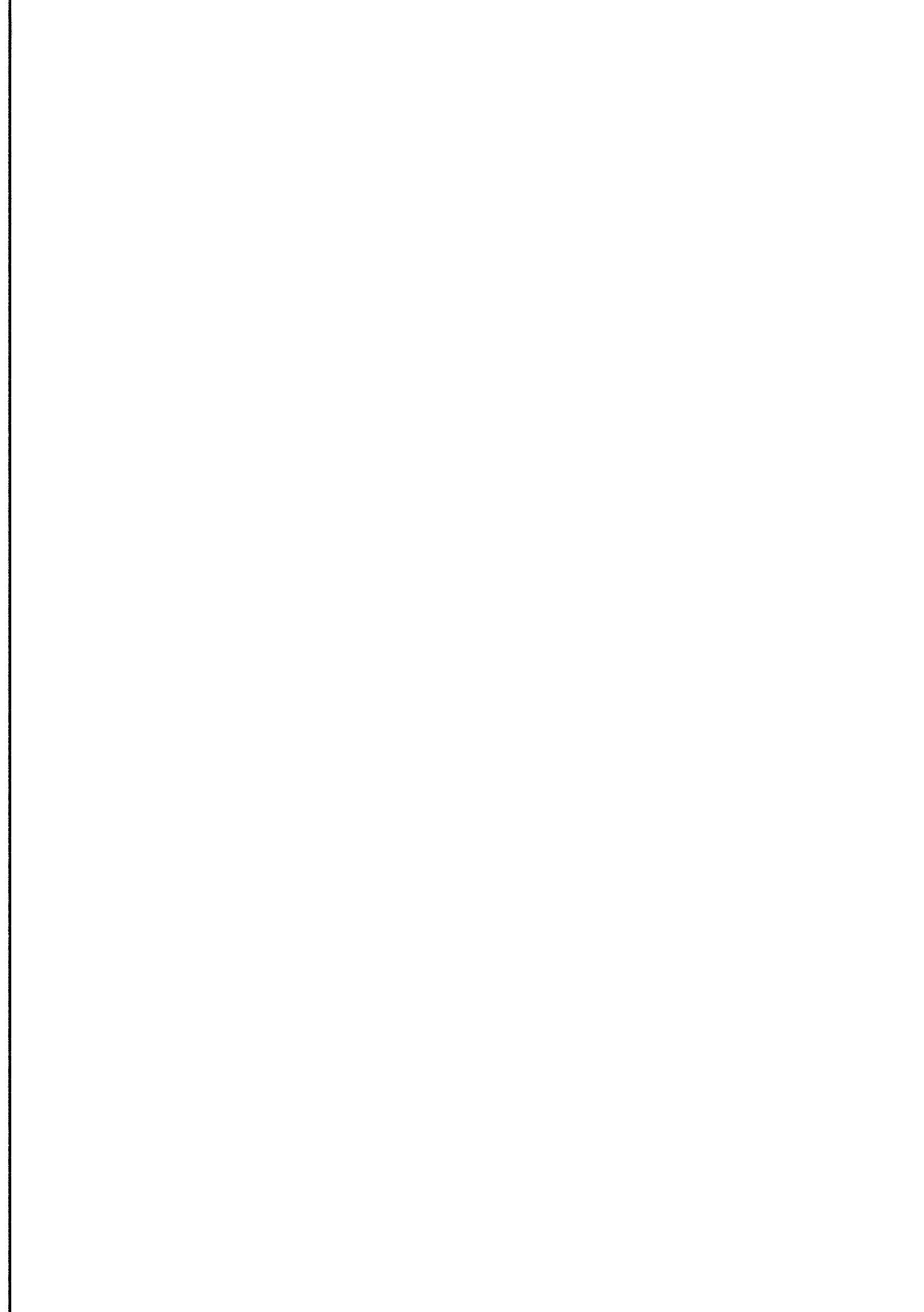
Dada a conjuntura atual em que a Câmara Municipal apresenta receitas firmes apresentando disponibilidade financeira na ordem dos 35 milhões de euros, mais uma vez não se compreendem as propostas apresentadas relativamente às alíneas 1, 2 e 3 e assim, consideramos o seguinte:

Proposta 50/2015 alínea 1)

Relativamente à definição das **Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, e quando analisados todos os dados relativamente às receitas de IMI obtidas durante o ano de 2015 que se traduziram num aumento em cerca de 6 milhões de euros, verifica-se que a proposta de redução da anterior taxa de 0,39% (que era já em 2014 do desagrado desta bancada porque excessiva e sem justificação) para 0,36% fica ainda assim aquém do que poderia ser proporcionado já em 2016 a todos os municíipes e não municíipes que sejam proprietários neste concelho.

Na verdade, a bancada do PSD mantém a sua posição de que quando podemos assumir uma postura de redução das taxas, o deveremos permitir dentro do mais conveniente para os municíipes. Já no ano passado o afirmámos e confirmou-se o que alertámos.

Assim, consideramos pelo que já ficou provado no passado recente que a taxa de **0,35%** seria a mais acertada para assegurar as receitas necessárias sem com isso prejudicar o bom funcionamento deste município.



Lamenta pois esta bancada que o executivo socialista apresente a proposta nos termos referidos e teime em mais uma vez manter uma taxa num valor superior ao necessário, motivo pelo qual apresenta o seu voto contra a proposta efetuada.



Proposta 50/2015 alínea 2)

Relativamente à Fixação da Percentagem variável do Município de Loulé no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Loulé, novamente o executivo fica aquém do que poderia ter sido efetuado.

A bancada do PSD com base nos elementos obtidos e analisados considera que a taxa apresentada a votação poderia facilmente, de forma credível e sustentável para os cofres do Município ter-se fixado nos 2,5% e não nos 4% propostos.

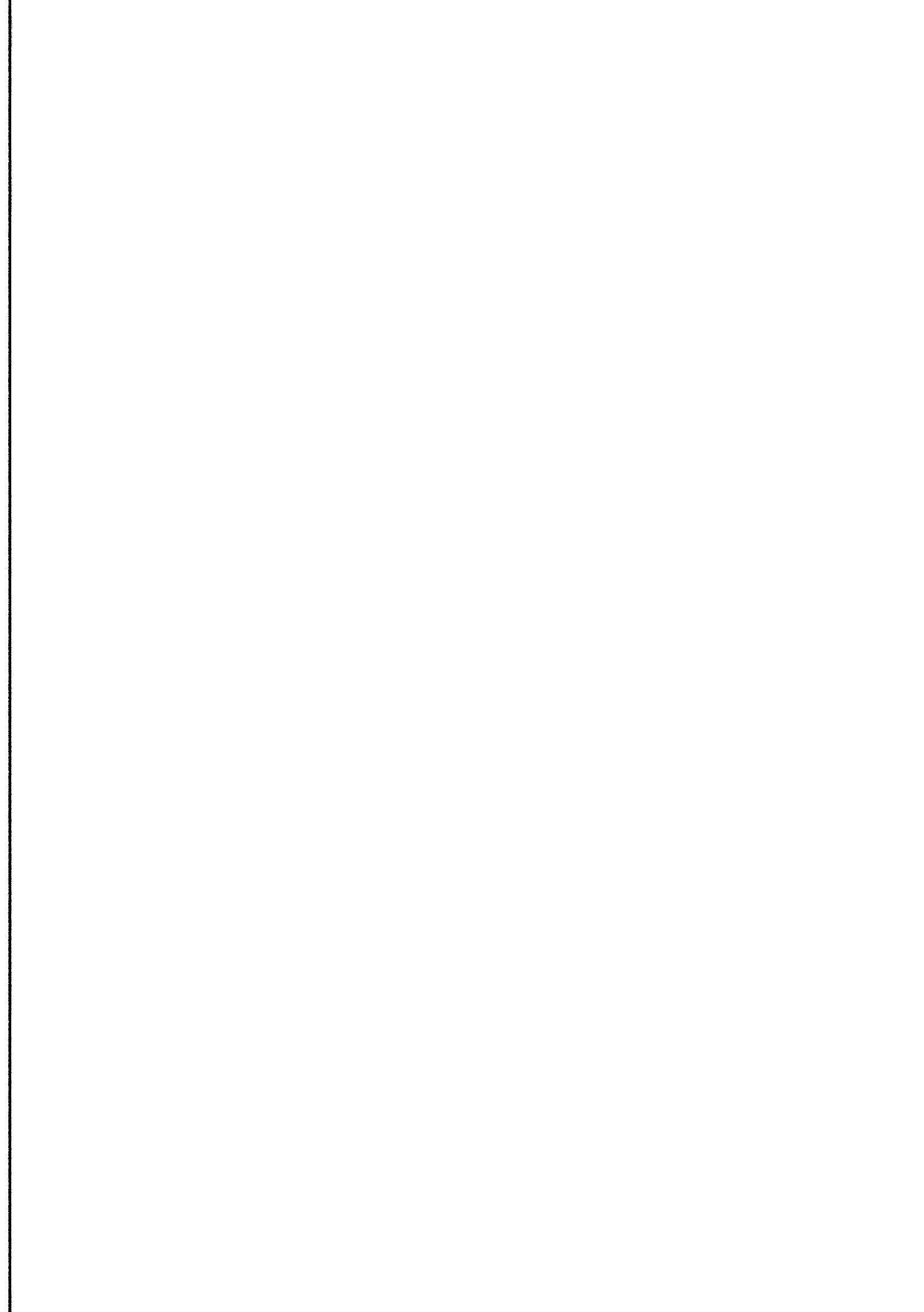
Comparativamente aos referidos 35 milhões de euros já disponíveis, não haveria justificação para apresentar à votação a referida taxa. A redução nos cofres seria pouco significativa para a Câmara mas teria um impacto diferente quando estamos a falar nas taxas aplicáveis a um munícipe. Aqui há total e possível disponibilidade por parte do executivo que ainda assim prefere para já manter a taxa num valor desnecessário.

Desta forma, a bancada do PSD vota contra a referida proposta de 4% porque considera que a sua redução em quase metade seria suficiente e comportável para os cofres do município já na presente conjuntura e porque possível para o executivo.

Proposta 50/2015 alínea c)

Relativamente ao Lançamento da Derrama no Município de Loulé, a proposta efetuada de 1,5% fica também aqui e pelos mesmos motivos anteriormente apresentados que acabam por ter a mesma génese e fundamento, aquém do que poderia ter sido proposto pelo executivo socialista.

Também após análise de todos os elementos obtidos neste presente ano, temos fortes motivos para considerar que a melhor opção teria passado por apresentar uma derrama não superior a 0,75%.





Primeiramente porque a Câmara Municipal o poderá fazer porque tem disponibilidade e folga financeira para tal, e em segundo porque demonstrava com isso um verdadeiro apoio às empresas que se enquadram na derrama e que escolheram este município para aqui criarem as suas raízes e postos de trabalho.

Infelizmente a proposta também aqui não vai nesse sentido, o que lamentamos e por esse motivo a bancada do PSD apresenta o seu voto contra.

Concluindo,

As pretensões do PSD em baixar a carga fiscal naquilo que é a livre disponibilidade do executivo – já anteriormente por nós debatido poder ser exequível mas sempre negado sem qualquer real fundamento por parte do executivo - e com as quais nitidamente o executivo socialista discorda, em nada iriam afetar a disponibilidade financeira do município.

Hoje os números refletem o que antes defendemos e verifica-se que a Câmara Municipal arrecadou mais receitas para além do que dizia ser possível.

Agora, ano de 2015, prevendo para o ano de 2016 poderia o executivo ter ido finalmente mais além e ainda assim não foi o caso.

Assim e quanto a estes 3 pontos teremos então de votar contra.

Loulé, 20 de novembro de 2015

Os deputados da Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Loulé

